

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

Demonstrações Financeiras acompanhadas do
Relatório do Auditor Independente

Em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

Índice

| | Página |
|--|---------------|
| Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras | 2 |
| Relatório da Administração e as demonstrações financeiras | 6 |
| Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023 | 12 |

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos:

Acionistas e Administradores da
EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.
Parnaíba – PI

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Pedra do Sal S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião.

Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 07 de março de 2025.

Danilo Cioffi da Silva
Contador CRC 1SP-311.457/O-5 “S” - PI

ECOVIS WFA Auditores Independentes S/S
CRC 2SP-043.111/O-9

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

A Administração da Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”) tem a satisfação de submeter à sua apreciação o relatório da Administração e as demonstrações financeiras, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. As informações estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando especificado em contrário.

1. PERFIL INSTITUCIONAL

A Companhia tem autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica, mediante a exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, situado no município de Parnaíba, estado do Piauí.

O parque eólico, em operação comercial desde dezembro de 2008, tem capacidade instalada de 18 MW e capacidade comercial de 5,7 MW médios, totalmente contratada com a Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (EMBPAN), antiga Eletrobras, até o ano de 2028, por meio do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Proinfa).

2. CONTROLE ACIONÁRIO

A totalidade do capital social da Pedra do Sal pertence à Companhia Energética de Petrolina.

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em 2024, a geração total líquida de Pedra do Sal alcançou 51,5 GWh, 2,2% superior aos 50,4 GWh gerados em 2023. O índice de disponibilidade, desconsiderando-se as paradas programadas, atingiu em 96,1% 2024 e 98,4% 2023.

4. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

(a) Principais indicadores (expressos em milhares de reais)

| Indicadores | 2024 | 2023 | Variações % |
|-----------------------------|--------|--------|-------------|
| Receita líquida de vendas | 37.888 | 38.297 | (1,1) |
| Lucro bruto | 26.500 | 27.055 | (2,1) |
| Margem bruta | 69,9% | 70,6% | (0,7) p.p. |
| EBITDA (Lajida) (i) | 29.256 | 30.298 | (3,4) |
| Margem EBITDA (Lajida) (ii) | 77,2% | 79,1% | (1,9) p.p. |
| Resultado financeiro | (61) | (128) | (52,3) |
| Lucro líquido do exercício | 22.740 | 23.658 | (3,9) |
| Margem líquida | 60,0% | 61,7% | (1,7) p.p. |

(i) EBITDA (LAJIDA): lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização

(ii) Margem EBITDA (LAJIDA): EBITDA/receita líquida de vendas.

5. AGRADECIMENTOS

A Administração da Pedra do Sal agradece a todos aqueles que contribuíram para o desempenho da Companhia no ano de 2024.

A Administração

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023****(Em milhares de reais)**

| Ativo | Nota explicativa | 2024 | 2023 |
|-------------------------------|-----------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 3.020 | 1.303 |
| Contas a receber de clientes | 5 | 5.606 | 5.323 |
| Impostos a recuperar | 6 | 117 | 243 |
| Outros | - | 595 | 249 |
| Total | | 9.338 | 7.118 |
| Não circulante | | | |
| Impostos a recuperar | 6 | 234 | - |
| Intangível líquido | - | - | 2 |
| Imobilizado líquido | 7 | 31.312 | 35.444 |
| Total | | 31.546 | 35.446 |
| Total do ativo | | 40.884 | 42.564 |

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**BALANÇOS PATRIMONIAIS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023****(Em milhares de reais)**

| Passivo | Nota explicativa | 2024 | 2023 |
|--|-----------------------------|---------------|---------------|
| Circulante | | | |
| Fornecedores | - | 1.027 | 727 |
| Arrendamentos a pagar | 7(c) | 645 | 500 |
| Imposto de renda e contribuição social | - | 130 | 120 |
| Outros passivos | - | 236 | 280 |
| Total | | 2.038 | 1.627 |
| Não circulante | | | |
| Impostos diferidos | - | 141 | 141 |
| Arrendamentos a pagar | 7(c) | 1.659 | 1.990 |
| Total | | 1.800 | 2.131 |
| Patrimônio líquido | | | |
| Capital social | 10 | 27.633 | 27.633 |
| Reservas de lucros | - | 9.413 | 11.173 |
| Total | | 37.046 | 38.806 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 40.884 | 42.564 |

As notas explicativas fazem parte das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023****(Em milhares de reais)**

| | Nota explicativa | 2024 | 2023 |
|--|-----------------------------|---------------|---------------|
| Receita líquida de vendas | 11(a) | 37.888 | 38.297 |
| Custos da energia vendida | 11(c) | (11.388) | (11.242) |
| Lucro bruto | | 26.500 | 27.055 |
| Despesas administrativas | 11(c) | (2.437) | (2.010) |
| Lucro antes do resultado financeiro | | 24.063 | 25.045 |
| Receitas financeiras | 11(b) | 220 | 182 |
| Despesas financeiras | 11(b) | (281) | (310) |
| | | (61) | (128) |
| Lucro antes dos impostos | | 24.002 | 24.917 |
| Imposto de renda | 8 | (817) | (814) |
| Contribuição social | 8 | (445) | (445) |
| Lucro líquido do exercício | | 22.740 | 23.658 |
| Lucro básico e diluído por ação - R\$ | | 0,53 | 0,55 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---|----------------------|----------------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.740 | 23.658 |
| Total do resultado abrangente do exercício | <u>22.740</u> | <u>23.658</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | Capital Social | Reservas de lucros | | | Total |
|---|---------------------|-------------------|--------------------|--|----------------------|---------------|
| | | | Reserva Legal | Lucros a disposição da assembleia | Lucros acumulados | |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 35.633 | 5.419 | 1.696 | - | 42.748 |
| Dividendos distribuídos | 10(c) | - | - | (1.696) | - | (1.696) |
| Redução de capital | 10(a) | (8.000) | - | - | - | (8.000) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 23.658 | 23.658 |
| Destinações: | | | | | | |
| Reserva legal | 10(b) | - | 108 | - | (108) | - |
| Dividendos adicionais distribuídos | 10(b) | - | - | - | (12.017) | (12.017) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 10(b) | - | - | - | (5.887) | (5.887) |
| Lucros a disposição da assembleia | - | - | - | 5.646 | (5.646) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | | 27.633 | 5.527 | 5.646 | - | 38.806 |
| Dividendos distribuídos | 10(c) | - | - | (5.646) | - | (5.646) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 22.740 | 22.740 |
| Destinações: | | | | | | |
| Dividendos adicionais distribuídos | 10(b) | - | - | - | (13.169) | (13.169) |
| Dividendos mínimos obrigatórios | 10(b) | - | - | - | (5.685) | (5.685) |
| Lucros a disposição da assembleia | - | - | - | 3.886 | (3.886) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | | 27.633 | 5.527 | 3.886 | - | 37.046 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais)

| | Nota explicativa | 2024 | 2023 |
|---|---------------------|------------------------|------------------------|
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro antes dos impostos | - | 24.002 | 24.917 |
| Ajuste por: | | | |
| Depreciação e amortização | 7(b) | 4.624 | 4.749 |
| Amortização de arrendamento – direito de uso | 7(b) | 569 | 504 |
| Juros sobre arrendamentos financeiros | 7(c) | 279 | 306 |
| | | <u>29.474</u> | <u>30.476</u> |
| Variações nos ativos: | | | |
| Contas a receber de clientes | - | (283) | 325 |
| Impostos a recuperar | - | (108) | 35 |
| Outros ativos | - | (329) | (68) |
| Variações nos passivos: | | | |
| Fornecedores | - | 301 | 377 |
| Adiantamentos de clientes | - | - | (4.046) |
| Outros passivos | - | (43) | (167) |
| Pagamento de imposto de renda e contribuição social | - | (1.253) | (1.336) |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | | <u>27.759</u> | <u>25.596</u> |
| Fluxos de caixa das atividades de investimentos | | | |
| Aquisição de imobilizado | 7(b) | (691) | (765) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | | <u>(691)</u> | <u>(765)</u> |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Redução de capital | - | - | (8.000) |
| Pagamentos de arrendamento financeiro | 7(c) | (851) | (772) |
| Pagamentos de dividendos | 10(c) | (24.500) | (19.600) |
| Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento | | <u>(25.351)</u> | <u>(28.372)</u> |
| Aumento (redução) de caixa e equivalente caixa | | <u>1.717</u> | <u>(3.541)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | - | 1.303 | 4.844 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | - | 3.020 | 1.303 |
| Aumento (redução) de caixa e equivalente caixa | | <u>1.717</u> | <u>(3.541)</u> |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Eólica Pedra do Sal S.A. (“Pedra do Sal” ou “Companhia”), com sede no município de Parnaíba, estado do Piauí (PI), foi constituída em 7 de novembro de 2006, com o objetivo de projetar, construir, implantar, operar e manter a Usina, bem como o respectivo sistema de transmissão associado, comercializar a energia elétrica e desenvolver atividades direta ou reflexamente relacionadas à consecução de seu objeto social.

A Pedra do Sal não tem empregados e sua Administração é realizada pela controladora Companhia Energética de Petrolina (CEP), que cobra pela prestação de serviços e reembolso das despesas incorridas com pessoal diretamente dedicado às atividades da usina.

- **Aprovação das demonstrações contábeis**

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria em 07 de março de 2025.

2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das práticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2.

2.1 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como aqueles advindos de instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.2 Continuidade operacional

As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A administração, considerando o equilíbrio observado do seu capital circulante líquido, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2.3 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

2.4 Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado. A Companhia não possuía transações em moeda estrangeira em 2024 e 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Instrumentos financeiros - reconhecimento inicial e mensuração subsequente

✓ Ativos financeiros

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os principais ativos financeiros da Companhia incluem: caixa e equivalentes de caixa e contas a receber.

(b) Classificação e mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(c) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Esta categoria inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não satisfazem os critérios para a contabilidade de hedge, definidos pelo CPC 38. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

(d) Custo amortizado

Esses ativos são subsequentes mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

(e) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- (i)** Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem.
- (ii)** A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

(f) Redução do valor recuperável de ativos financeiros

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e esse evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que elas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, default ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com defaults.

(g) Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalentes de caixa quando tem vencimento de curto prazo; por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

(h) Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de hedge são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, com exceção da parcela eficaz dos hedges de fluxo de caixa, que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(i) Classificação entre curto e longo prazo

Instrumentos derivativos não classificados como instrumento de hedge eficaz são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados e quando uma alocação confiável pode ser feita.

A Companhia não possuía instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

(j) Contas a receber

Estão apresentadas a valores de realização. A Administração efetua uma avaliação dos títulos vencidos para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando necessário.

✓ **Passivos financeiros**

(a) Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

Os principais passivos financeiros da Companhia incluem: fornecedores, arrendamentos a pagar, adiantamento de clientes, partes relacionadas e dividendos a pagar.

(b) Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

(c) Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

As práticas contábeis relacionadas a esses passivos financeiros são as mesmas já mencionadas nas práticas contábeis relacionadas aos ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(d) Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

(e) Contas a pagar a fornecedores

Inclui obrigações de curto prazo com fornecedores de materiais e serviços da Companhia e para a operacionalização dos geradores de energia.

3.2. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

(a) Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

(b) Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir:

(c) Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

(d) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso, conforme mencionado na Nota 3.5.

(e) Impostos

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

(f) Provisões para demandas judiciais

A Companhia efetua uma avaliação da probabilidade de perda nos seus processos e que inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras pelo nível de julgamento requerido e análise pela administração das estimativas.

3.3. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

(a) Operacionais

A receita de fornecimento é reconhecida quando seu valor puder ser mensurado de forma confiável todos os riscos e benefícios inerentes à energia forem transferidos para o distribuidor.

(b) Receita de juros

A receita de juros sobre as aplicações financeiras e equivalentes de caixa é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira”, na demonstração do resultado.

3.4. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos bens é calculada pelo método linear às taxas mencionadas na Nota 7 e leva em consideração o tempo de vida útil-econômica estimada dos bens ou o prazo de autorização, dos dois, o menor.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. Em 31 de dezembro de 2021, a Administração não identificou alterações em relação aos estudos realizados em exercícios anteriores.

3.5. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, se o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

3.6. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

3.7. Tributação

(a) Impostos sobre vendas de energia

As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Impostos e contribuições | Alíquota |
|--|-----------------|
| Programa de Integração Social (PIS) | 0,65% |
| Contribuição para Seguridade Social (COFINS) | 3,00% |

As receitas estão apresentadas líquidas desses encargos na demonstração do resultado. Os custos de operação e manutenção estão apresentados líquidos dos créditos decorrentes da não cumulatividade de PIS e COFINS na demonstração do resultado.

(b) Imposto de renda e contribuição social - lucro presumido

A Companhia efetua a apuração do imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente com base na presunção das receitas. A partir da receita bruta, aplica-se 8% e 12% para cálculo do imposto de renda e da contribuição social, respectivamente. Depois de apurados os valores de acordo com os percentuais de presunção, as demais receitas são adicionadas na base de cálculo.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplicam-se para o imposto de renda as seguintes alíquotas:

- (a) Imposto de renda - 15% de imposto de renda sobre o total da base de cálculo e 10% de adicional sobre a parcela do lucro presumido (base de cálculo) que exceder a R\$ 60 trimestralmente ou, no caso de início ou encerramento de atividades no trimestre, ao limite equivalente ao resultado da multiplicação de R\$ 20 pelo número de meses do período de apuração.
- (b) Contribuição social - sobre a base de cálculo apurada anteriormente, aplica-se a alíquota de 9% para contribuição social.

3.8. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos.

3.9. Provisões

(a) Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos serão requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia esperar que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. As despesas, relativas a qualquer provisão, são apresentadas na demonstração do resultado, líquida do respectivo reembolso, se existir.

3.10. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

3.11. Novos pronunciamentos técnicos, revisões e interpretações

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não adotadas até 31 de dezembro de 2024, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas novas normas, alterações e interpretações, se cabível, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7

As alterações à IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa) e à IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Divulgações) esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade.

IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras

Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

O IFRS 18 e as alterações nas outras normas são entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.

IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações

Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.

O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICPC 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

Alterações ao CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade

Em setembro de 2024, O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), emitiu a Revisão de Pronunciamentos Técnicos nº 27, que contempla alterações trazidas pelo Lack of Exchangeability emitido pelo IASB, com alterações no Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2) - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade.

As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2025.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Caixa e depósitos bancários à vista | 17 | 16 |
| Aplicações financeiras ou automáticas | 3.003 | 1.287 |
| Total | 3.020 | 1.303 |

A Companhia tem políticas de investimentos financeiros que determinam que os investimentos se concentrem em valores mobiliários de baixo risco e aplicações em instituições financeiras de primeira linha. As aplicações automáticas são remuneradas com base em percentuais que variam entre 2% e 4% ao ano.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|--------------|--------------|
| Contas a receber – Proinfa (i) | 4.351 | 4.699 |
| Ajuste financeiro anual (ii) | 1.255 | 624 |
| Total | 5.606 | 5.323 |

Referem-se a valores vincendos a receber da Empresa Brasileira de Participações em Energia Nuclear e Binacional S.A. (EMBPARG), antiga Eletrobras, pela venda da totalidade da sua energia assegurada através do Proinfa. Os valores faturados mensalmente são recebidos em parcelas iguais em 20, 30 e 40 dias após o mês de competência do faturamento. A Companhia não possui valores em atraso e, tão pouco, espera incorrer em perdas desses ativos financeiros, por esse motivo, não possui provisão para as perdas constituída.

De acordo com os termos do contrato, o faturamento mensal da energia é composto por duas partes: (i) relativa à energia contratada, cuja base é a energia assegurada do parque eólico e; (ii) referente ao ajuste financeiro, que corresponde à diferença entre a energia contratada e a efetivamente gerada pelo parque eólico no ano anterior. Esse ajuste financeiro é apurado ao final de cada ano e compensado com o faturamento mensal correspondente ao ano seguinte, na proporção de 1/12 por mês.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR

Os saldos apresentados no ativo circulante representam as retenções de impostos na fonte que a EMBPARG efetua mensalmente, imposto sobre a renda, contribuição social e PIS e COFINS sobre o faturamento.

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--------------------------------|-------------|-------------|
| PIS e COFINS sobre faturamento | 342 | 234 |
| Outros | 9 | 9 |
| Total | 351 | 243 |
| | | |
| Circulante | 117 | 243 |
| Não Circulante | 234 | - |
| Total | 351 | 243 |

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. IMOBILIZADO LÍQUIDO

(a) Composição

| | Taxa média de depreciação % | | | 2024 | 2023 |
|----------------------------|--------------------------------------|--------------------|--------------------------|------------------|------------------|
| | | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Valor líquido | Valor líquido |
| Em serviço | | | | | |
| Edificações e benfeitorias | 3,37 | 2.422 | (1.073) | 1.349 | 1.359 |
| Máquinas e equipamentos | 4,76 | 99.548 | (71.577) | 27.971 | 31.941 |
| Direito de uso | 10,95 | 4.561 | (2.733) | 1.828 | 2.012 |
| Outros | 6,25 | 306 | (142) | 164 | 132 |
| Total | | 106.837 | (75.525) | 31.312 | 35.444 |

(b) Movimentação

| | Edificações e benfeitorias | Máquinas e equipamentos | Direito de uso | Outros | Total |
|--------------------------------------|-------------------------------|----------------------------|-------------------|------------|---------------|
| Saldos 31 de dezembro de 2022 | 1.327 | 35.932 | 3.095 | 148 | 40.502 |
| Adições | 25 | 748 | - | 4 | 777 |
| Baixas | - | (12) | (579) | - | (591) |
| Transferências | 85 | (95) | - | 10 | - |
| Depreciação | (78) | (4.644) | (504) | (18) | (5.244) |
| Saldos 31 de dezembro de 2023 | 1.359 | 31.929 | 2.012 | 144 | 35.444 |
| Adições | 8 | 683 | 385 | - | 1.076 |
| Baixas | (12) | (5) | - | - | (17) |
| Transferências | 75 | (105) | - | 30 | - |
| Depreciação | (81) | (4.531) | (569) | (10) | (5.191) |
| Saldos 31 de dezembro de 2024 | 1.349 | 27.971 | 1.828 | 164 | 31.312 |

(c) Arrendamento mercantil (direito de uso de imóveis)

São contratos de arrendamento de imóveis, utilizados na operação da Companhia.

A Companhia apurou às suas taxas de desconto baseada nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à realidade da Companhia ("spread" de crédito). Para mensurar os passivos de arrendamento a Companhia descontou os pagamentos de arrendamento utilizando taxa de incremento de empréstimo. A taxa média aplicada é de 11,5% ao ano.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**

A movimentação de saldos dos passivos de arrendamentos é apresentada no quadro abaixo:

| Descrição | R\$ |
|---|--------------|
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 3.533 |
| Atualização monetária | (577) |
| Juros provisionados | 306 |
| Contraprestações pagas | (772) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2023 | 2.490 |
| Atualização monetária | 386 |
| Juros provisionados | 279 |
| Contraprestações pagas | (851) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2024 | 2.304 |
| Circulante | 645 |
| Não circulante | 1.659 |
| Total | 2.304 |

O cronograma de vencimentos é o seguinte:

| Maturidade dos contratos | R\$ |
|----------------------------------|--------------|
| Vencimento das prestações | |
| 2025 | 645 |
| 2026 | 718 |
| 2027 | 799 |
| 2028 | 142 |
| Total dos passivos | 2.304 |

(d) Autorização do órgão regulador:

A Companhia é detentora da autorização para exploração do Parque Eólico Pedra do Sal, com capacidade instalada de 18 MW, pelo prazo de 30 anos, a contar da data de 2 de outubro de 2002.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)**8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

Em 2024 e 2023, a Administração da Companhia optou por calcular o imposto de renda e a contribuição social sobre o resultado utilizando o regime de tributação do lucro presumido.

A conciliação dos impostos calculados pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e as despesas de imposto de renda e contribuição social lançadas no resultado do exercício de 2024 e 2023 estão demonstradas a seguir:

| | 2024 | 2023 |
|--|--------------|--------------|
| Imposto de renda | | |
| Receita operacional bruta (Nota 11(a)) | 39.323 | 39.747 |
| 8% para base de cálculo | 3.146 | 3.180 |
| Receita financeira (Nota 11(b)) | 220 | 172 |
| Base de cálculo do imposto de renda | 3.366 | 3.352 |
| Despesa de imposto de renda - 25% | (817) | (814) |
| Contribuição social | | |
| Receita operacional bruta (Nota 11(a)) | 39.323 | 39.747 |
| 12% para base de cálculo | 4.719 | 4.770 |
| Receita financeira (Nota 11(b)) | 220 | 172 |
| Base de cálculo da contribuição social | 4.939 | 4.942 |
| Despesa de contribuição social - 9% | (445) | (445) |

9. PROVISÃO PARA DEMANDAS JUDICIAIS

A Companhia não possui litígios trabalhistas, cíveis ou tributários classificados por seus assessores jurídicos como riscos prováveis de perda, portanto em 31 de dezembro de 2024 e 2023 nenhuma provisão para demandas judiciais foi registrada.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**(a) Capital social**

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$27.633, totalmente subscrito e integralizado, representado por 42.633.110 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, e todas as ações pertencem à Companhia Energética de Petrolina.

Em 10 de março de 2023, a acionista aprovou uma redução de capital social da Companhia, de R\$35.633 para R\$27.633, o que é correspondente a uma redução no valor de R\$8.000, sem diminuição do número de ações.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

(b) Reservas de lucros e dividendos mínimos obrigatórios

A Companhia constituiu reserva legal correspondente a 5% do lucro líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios correspondem a 25% do lucro líquido ajustado.

| Descrição | 2024 | 2023 |
|---|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.740 | 23.658 |
| (-) 5% reserva legal (em 2023 atingiu o limite de 20% do capital) | - | (108) |
| Base dividendos | 22.740 | 23.550 |
| 25% de dividendos mínimos obrigatórios | 5.685 | 5.887 |
| Dividendos adicionais distribuídos e pagos | 13.169 | 12.017 |
| Total de dividendos do exercício | 18.854 | 17.904 |

(c) Dividendos pagos

A Companhia pagou em 2024 um montante total de dividendos de R\$24.500 (R\$19.600 em 2023), sendo que R\$18.854 referente ao resultado de 2024 (R\$17.904 referente ao resultado de 2023), R\$5.646 referente a reserva de lucros de exercícios anteriores (R\$1.696 em 2023 referente a reserva de lucros de exercícios anteriores).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. RESULTADO

(a) Conciliação da receita líquida de vendas

A tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--|----------------------|----------------------|
| Receita operacional bruta | | |
| Suprimento de energia elétrica | 39.323 | 39.747 |
| Deduções da receita operacional | | |
| PIS e COFINS | (1.435) | (1.450) |
| Receita operacional líquida | <u>37.888</u> | <u>38.297</u> |

(b) Resultado financeiro líquido

| | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|--------------------------------------|---------------------|---------------------|
| Receitas financeiras | | |
| Rendimento de aplicações financeiras | 220 | 172 |
| Juros sobre tributos recuperados | - | 10 |
| Total | <u>220</u> | <u>182</u> |
| Despesas financeiras | | |
| Juros sobre arrendamento financeiro | (279) | (306) |
| Outras despesas financeiras | (2) | (4) |
| Total | <u>(281)</u> | <u>(310)</u> |
| Resultado financeiro líquido | <u>(61)</u> | <u>(128)</u> |

(c) Despesas e custo de operação e manutenção

| Descrição | <u>2024</u> | <u>2023</u> |
|---------------------------------------|------------------------|------------------------|
| Custos de operação e manutenção - O&M | (3.703) | (3.676) |
| Custos da TUSD | (1.766) | (1.668) |
| Custos da depreciação | (4.624) | (4.749) |
| Amortização de arrendamentos | (569) | (504) |
| Seguros | (289) | (218) |
| Serviços prestados por terceiros | (2.011) | (1.780) |
| Outros custos | (863) | (657) |
| | <u>(13.825)</u> | <u>(13.252)</u> |
| Custo da energia vendida | (11.388) | (11.242) |
| Despesas gerais e administrativas | (2.437) | (2.010) |
| Total | <u>(13.825)</u> | <u>(13.252)</u> |

12. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

12.1. Considerações gerais

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados. Os valores contábeis aproximam-se do valor justo.

Em 31 de dezembro de 2024, os principais instrumentos financeiros da Companhia eram:

- Caixa e equivalentes de caixa - pequeno caixa, saldos em contas-correntes e aplicações financeiras com liquidez imediata. O valor de mercado equivale ao contábil;
- Contas a receber - recebíveis oriundos do fornecimento de energia, apresentados ao valor estimado de realização;
- Fornecedores - valores a pagar pela compra de mercadorias e serviços. Encontram-se registrados ao valor estimado de liquidação;
- Adiantamentos de clientes – valor a pagar e encontra-se ao valor de liquidação.

Como o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se aproximam do valor contábil não foi incluído informações sobre o valor justos desses instrumentos financeiros.

✓ Quadro-resumo dos instrumentos financeiros - ativos e passivos

| Descrição | 2024 | 2023 |
|--|-------|-------|
| Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4) | 3.020 | 1.303 |
| Contas a receber de clientes (Nota 5) | 5.606 | 5.323 |
| Fornecedores | 1.027 | 727 |

A estratégia de gerenciamento dos riscos da Companhia e os respectivos efeitos nas demonstrações financeiras podem ser resumidos a seguir:

12.2. Riscos

12.2.1. Risco cambial

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía operações que impactaram ou possam ser impactadas pelas flutuações cambiais, pois não possui operações em moeda estrangeira.

12.2.2. Riscos de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

O risco de taxa de juros decorre da atualização do parcelamento de impostos referenciada à Selic e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

12.2.3. Risco de contas a receber e crédito

A política de fornecimento de energia da Companhia está relacionada ao nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar.

A Companhia avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada com os clientes que possuem contratos de leilão.

A Companhia possui volumes contratados adequados com sua capacidade instalada.

A carteira de cliente da Companhia não é diversificada possuindo apenas contrato Proinfa com a EMBPAR, o qual é de longo prazo sem que haja histórico e perspectivas de perdas com esse cliente. Portanto, a Administração da Companhia concluiu que o risco de contas a receber e crédito é reduzido.

12.2.4. Risco de liquidez

A política de gerenciamento de risco de liquidez implica manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acessos a recursos imediatos, levando em consideração prazos de pagamentos de impostos, impostos parcelados, obrigações e fornecedores.

A Companhia investe o excesso de caixa em aplicações financeiras com liquidez em curto prazo, o que fornece margem suficiente para resgates para atendimento das previsões acima mencionadas.

EÓLICA PEDRA DO SAL S.A.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023**

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12.2.5. Risco regulatório

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia.

* * *